

EDITAL

A **ESCOLA JUDICIAL DOS SERVIDORES** comunica a abertura das inscrições para o curso “**RESPONSABILIDADE CIVIL NA INTERNET**”, aprovado pelo seu Conselho Técnico, em reunião de 25 de fevereiro de 2026, sob a coordenação de Miguel da Costa Santos, coordenador da EJUS1, e Walter Salles Mendes, escrevente técnico judiciário da EJUS1, que será realizado exclusivamente na modalidade a distância.

OBJETIVOS: Propiciar formação continuada e aperfeiçoamento aos servidores do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, com cursos na área jurídica, integrando teoria e prática. Proporcionar estudo dirigido sobre a aplicação da legislação vigente, a partir do processo de trabalho no âmbito do TJSP, com vistas a orientar a atuação dos profissionais que lidam com a matéria, especialmente na elaboração de minutas e na aplicação da jurisprudência pertinente. Compreender os fundamentos da responsabilidade civil aplicados ao ambiente digital, com enfoque nos pressupostos da obrigação de indenizar. Analisar o regime jurídico da responsabilidade de provedores, plataformas digitais e usuários à luz do Marco Civil da Internet. Identificar as hipóteses de responsabilização decorrentes da divulgação de conteúdos ilícitos, ofensivos ou desinformativos na internet. Examinar a responsabilidade civil de influenciadores digitais e dos agentes envolvidos em práticas publicitárias no ambiente virtual. Avaliar a tutela dos direitos da personalidade e os impactos da proteção de dados pessoais na definição de danos indenizáveis. Aplicar a legislação, a doutrina e a jurisprudência na análise de casos práticos relacionados à responsabilidade civil na internet. Fomentar a reflexão sobre a relevância da matéria e estimular a adequada aplicação de precedentes dos tribunais superiores e do TJSP na análise e decisão dos casos, principalmente precedentes vinculantes.

PERÍODO DE REALIZAÇÃO, ESTRUTURA E CRITÉRIOS DE CERTIFICAÇÃO: O curso será desenvolvido em duas etapas, com emissão de certificados distintos para cada uma delas.

Primeira etapa (parte teórica): Consiste no acesso às videoaulas, que deverá ser realizado no período de **6 de outubro a 6 de novembro de 2026**. Será emitido certificado ao participante com frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento).

Segunda etapa (parte prática): Será destinada à consolidação da aprendizagem, por meio de questionário avaliativo, facultado ao participante aprovado na primeira etapa.

O questionário estará disponível no período de **19 a 30 de novembro de 2026** e será composto por 10 (dez) questões de múltipla escolha. Será emitido o respectivo certificado ao participante com aproveitamento mínimo de 60% (sessenta por cento) de acertos.

PÚBLICO-ALVO: Servidores lotados nas unidades judiciais, oficiais de justiça, assistentes jurídicos, assistentes judiciários e estagiários de nível superior do Tribunal de Justiça (TJSP).

CARGA HORÁRIA: 6 horas de videoaulas e 2 horas de avaliação de aprendizagem facultativa.

VAGAS OFERECIDAS: 1000 (mil) vagas para a modalidade a distância.

PERÍODO DE INSCRIÇÕES: de 1º a 30 de setembro de 2026.

Para se inscrever os interessados deverão acessar a página da EJUS por meio da intranet > Servidores > Ver Mais > EJUS > Sala de Alunos ou pelo *site* do Tribunal de Justiça na aba INSTITUCIONAL > ESCOLAS.

As inscrições de **estagiários** devem ser solicitadas pelo e-mail ejus.eventos@tjsp.jus.br, após prévio cadastro no sistema da EJUS: <https://www.tjsp.jus.br/app/sige/cursos>.

INFORMAÇÕES IMPORTANTES:

1. A inscrição importará o conhecimento de todas as instruções, tais como se acham estabelecidas neste Edital, não podendo ser alegada qualquer espécie de desconhecimento.
2. Os servidores do Tribunal de Justiça deverão observar as normas contidas na Portaria Conjunta nº 1, de 3 de setembro de 2012, publicada no DJE em 28/9/2012, págs. 1 a 4 e alteração publicada no DJE em 1º/2/2013, pág. 1.
3. O material de estudo e as videoaulas estarão disponíveis na sala de aula da EJUS: <https://www.tjsp.jus.br/app/sige/sala/meus-cursos>.
4. O questionário da consolidação da aprendizagem será encaminhado por e-mail.
5. O aluno poderá interpor recurso contra o resultado da consolidação da aprendizagem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da divulgação da nota, observados os seguintes critérios: (a) O recurso deverá ser apresentado por escrito, conforme formulário disponibilizado na sala de aula da EJUS; (b) O recurso será analisado pelo professor responsável, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, facultada a manifestação final do Conselho Técnico da EJUS, no prazo de 30 (trinta) dias subsequentes; (c) Não será conhecido o recurso apresentado: (i) fora da forma ou do prazo estabelecidos; (ii) sem a devida fundamentação; (iii) com o objetivo de questionar critérios pedagógicos previamente divulgados; e (d) Não serão aceitos pedidos de revisão de recurso e/ou recurso de recurso e/ou pedido de reconsideração. O resultado do recurso será comunicado ao recorrente por e-mail. A pontuação correspondente à questão eventualmente anulada será atribuída a todos os participantes.

6. Os certificados emitidos pela EJUS ocasionam aumento de ponto na nota da avaliação anual dos servidores, nos termos das Resoluções nº 1.016/2026 e nº 1.017/2026, que dispõem sobre os procedimentos da Avaliação de Desempenho no âmbito do TJSP. Para esse fim, a EJUS compartilha automaticamente os seus certificados com a SGP.

7. No caso de o servidor inscrever-se em atividades da EJUS e não obter frequência igual ou superior a 75%, ficará impedido de participar de outros cursos ou palestras, pelo prazo de 90 dias.

8. Incorre no mesmo impedimento aquele que desistir da participação após o encerramento do período de inscrições.

9. Com exceção de ausências motivadas por caso fortuito ou força maior, não serão deferidas as justificativas por: a) absoluta necessidade de serviço; b) exames e consultas médicas agendadas; e c) faltas compensadas e abonadas, férias regulamentares, licenças e demais afastamentos previstos em lei.

10. As impugnações do bloqueio deverão ser pleiteadas no prazo de 10 dias corridos, contados a partir do envio do e-mail de notificação do bloqueio.

11. Eventuais dúvidas poderão ser encaminhadas para: ejus.eventos@tjsp.jus.br.

PROGRAMAÇÃO:

AULA 1

Tema: Fundamentos e panorama geral.

Conteúdo programático: Conceitos introdutórios. Responsabilidade civil: pressupostos e espécies. Elementos: conduta, dano, nexo de causalidade e culpa (ou risco). Marco Civil da Internet (Lei 12.965/2014). Princípios fundamentais: liberdade, privacidade e neutralidade. Responsabilidade de provedores de aplicação e de conexão. Responsabilidade civil no ambiente digital. Ato ilícito na internet: danos morais, materiais e à imagem. Dificuldades de identificação do agente e provas no ambiente virtual. Análise jurisprudencial e estudo de casos práticos.

Palestrante: **Ana Carolina Pecoraro Domingues** - Assistente Jurídica do Tribunal de Justiça de São Paulo. Graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2013). Pós-graduação *lato sensu* - Especialização em Direito Processual Civil pela Escola Paulista da Magistratura (2024). Mestre em Direito – Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP (2019).

AULA 2

Tema: Plataformas digitais, provedores e influenciadores.

Conteúdo programático: Responsabilidade das plataformas digitais. Remoção de conteúdo: notificações, ordens judiciais e prazos. Conteúdo gerado por terceiros: limites da responsabilidade. Redes sociais, fake news e discurso de ódio. Responsabilidade por danos causados por terceiros. Conteúdos ofensivos, discursos discriminatórios e desinformação. Influenciadores digitais e publicidade. Publicidade disfarçada e responsabilidade civil. Danos decorrentes de recomendações indevidas (produtos, serviços etc.). Análise jurisprudencial e estudo de casos práticos.

Palestrante: **Ana Carolina Pecoraro Domingues** - Assistente Jurídica do Tribunal de Justiça de São Paulo. Graduação em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2013). Pós-graduação *lato sensu* - Especialização em Direito Processual Civil pela Escola Paulista da Magistratura (2024). Mestre em Direito – Direitos Humanos pela Pontifícia Universidade Católica – PUC/SP (2019).

AULA 3

Tema: Direito da personalidade, LGPD e perspectivas futuras.

Conteúdo programático: Direitos da personalidade no ambiente digital. Imagem, honra, vida privada, intimidade e voz. Exposição indevida, cancelamento e linchamento virtual. Responsabilidade por vazamento de dados. LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados) e danos indenizáveis. Dano presumido e prova do abalo moral. Responsabilidade de menores e seus responsáveis. Atos praticados por crianças e adolescentes na internet. Responsabilidade dos pais, escolas e plataformas. Projetos de lei sobre regulação de redes sociais. Análise jurisprudencial e estudo de casos práticos.

Palestrante: **Leandro Kfourí Bianchini** - Assistente Jurídico do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. Extensão Universitária: Curso de Direito Constitucional promovido pela Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ensino Superior: Graduado em Direito pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Pós-Graduação: Especialista em Direito Administrativo pela Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

METODOLOGIA: Aulas teórico-expositivas, com estudos de casos e de julgados, com apoio em *slides*.

[Clique aqui para efetuar sua inscrição](#)